

MANUAL DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO CEARÁ

Antônia Dilce Rodrigues Feijão.

Manuel Yury Trindade Luciene Alice Da Silva

Descrição Resumida da Prática:

Considerando a importância da informação como instrumento fundamental para geração de conhecimentos e melhoria das práticas, elaborou-se o Manual de Desjudicialização da Saúde no Ceará, abordando os temas mais judicializados, para subsidiar os magistrados, os gestores da saúde, os profissionais das diversas áreas de atuação no Direito sobre o funcionamento na saúde, abordando entre outros, os seguintes temas: -Gestão da Assistência Farmacêutica no SUS -Oncologia -Regulação do acesso à saúde no SUS -Saúde Mental no Ceará -Programas Estratégicos da Saúde do Estado e do Município de Fortaleza.

Prática

Objetivos e metas

Geral - levar informações práticas da saúde, de acordo com as necessidades identificadas de judicialização

Específicos

- gerar o conhecimento sobre as práticas da gestão da saúde, aplicação dos recursos, ações realizadas pela secretaria para melhorar o acesso à saúde da população, garantir os direitos de forma racional, com qualidade e efetividade.
- levar informações atualizadas sobre diversos temas da saúde, que mais impactam o dia a dia da população.
- conhecer para melhor acompanhar e avaliar à Gestão da Saúde e os resultados dos indicadores de saúde

Metas

I- produzir cadernos temáticos de material técnico e informativo sobre à saúde e em consonância com os temas mais judicializados da Saúde do Ceará.

II – prover informações atualizadas na saúde de forma permanente junto aos Conselhos de Saúde do Tribunal de Justiça e demais instituições envolvidas com à saúde e o direito.

III – ampliar ações do Projeto da Desjudicialização, com maior número de produção, debates, realização de eventos, ações estratégicas conjuntas para reduzir a judicialização e melhorar à integralidade e gestão da saúde.

Beneficiários da prática

População usuária do sistema de saúde, profissionais que atuam na área do Direito e Saúde, gestores, profissionais e trabalhadores da saúde, magistrados, servidores do judiciário, advogados, defensores públicos, procuradores, promotores, entidades de classe profissional da saúde., , conselheiros de saúde, estudantes do direito e da saúde, instituições de ensino, pesquisadores, residentes, estagiários, diversos segmentos da sociedade e interessados.

Desenvolvimento da Prática

I – Identificação do problema, análise das principais causas, planos de melhorias e resultado esperado;

Um dos problemas que dificultam à redução da Judicialização é o acesso à informação e o conhecimento prático da saúde nos 3 (três) níveis de atenção à saúde: Atenção Primária, Secundária e Terciária, os instrumentos de gestão do SUS: Plano de Saúde, Programação, Relatórios Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão da Saúde, Pactuação entre os entes federados, na Comissão Intergestores Tripartite(CIT), no âmbito Nacional, Comissão Intergestores Bipartite(CIB), no âmbito Estadual, Políticas, Projetos, Programas, financiamento, tempo de demora para o acesso e medicamentos, consultas, exames, cirurgias, funcionamento da rede de saúde, fragmentação da saúde, responsabilidades, burocracias excessivas. É preciso muita informação sobre funcionamento do SUS, o percurso que as pessoas fazem na rede da saúde, tempo de espera para receber medicamento, gestão pública na prática. Conhecer o que existe e o que precisa ser melhorado.

II – Fundamentação legal, teórica, metodológica e técnicas, com as estratégias adotadas no desenvolvimento da prática

Todos os produtos elaborados fundamentam-se na Constituição Federal, Constituição Estadual, leis federal, estadual, municipais e demais normas específicas que envolvem à temática. Metodologia e técnicas utilizadas, foi ampla divulgação. Lançamento Oficial, disponibilização no site, palestras...

III – Dificuldades encontradas durante a implementação

Disponibilidade das pessoas, compatibilização de horários e agendas, necessidade de políticas de desjudicialização, priorização da agendas do Sistema da Saúde e do Judiciário.

Resultados e benefícios alcançados após a implementação da prática

- Maior interação e abertura de canal de comunicação com os gestores e técnicos da saúde
- Construção de uma rede integrada de conhecimento sobre à gestão e o funcionamento da saúde
- Discussão e alternativas para redução da judicialização da saúde
- Construção de portal e disponibilização do material produzido

Custos e recursos utilizados na implementação da prática

Os recursos utilizados foram apenas para o evento de lançamento. Apenas lanche para realização de eventos.

Características Inovadoras (diferenciais) da prática

Utilização prática do Manual como referência por alguns desembargadores em diversos julgamentos, em sua tomada de decisão, o que mostra a importância desse documento e a importância e necessidade de produzir informações atualizadas das práticas na saúde e possibilitar alternativas para redução da judicialização. Identificar os problemas, ações e estratégias de forma coletiva, participativa, para intervenção nos problemas de saúde. Articulação e integração entre os profissionais da saúde e da área do Direito. Maior entendimento sobre às práticas na saúde.

Características que demonstram facilidade de replicação da prática

A escolha dos temas, por fazer parte do dia a dia da prática do Judiciário, desperta maior interesse na utilização do Manual. A forma prática e objetiva do documento. escolha dos temas. A coordenação e o processo de articulação com à área de Políticas da Saúde, com amplo conhecimento. Comunicação e difusão de informações.

Tempo de implementação

Devido a uma boa condução e articulação entre a equipe do Tribunal de Justiça e da Secretaria da Saúde do

Estado e do Município de Fortaleza, o apoio e colaboração, o tempo entre o processo de elaboração do Manual, validação, edição, lançamento, publicação e lançamento oficial pelo Tribunal, o tempo gasto foi de 6 (seis) meses.

Conclusão.

Conclui-se que a informação qualificada, estruturada e atualizada, é de grande relevância para apoiar a tomada de decisão dos magistrados, gera impacto econômico na redução da judicialização, na implementação e efetividade das políticas de saúde, nas ações e serviços de saúde, bem como, no uso adequado e racional de tecnologias em saúde, e que Estado e dos Municípios devem formular políticas, desenvolver ações e serviços que visem reduzir a judicialização, melhorar o acesso à saúde, garantir os direitos assegurados e a melhoria dos indicadores e qualidade de vida das pessoas.

Contato Público

85996038978

A prática tem premiação?

Não

Tribunal

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Estado

CE

O idealizador da prática é o Magistrado responsável?

Sim

A prática tem conexão com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas - ODS?

Sim

ODS

ODS 3. Saúde e Bem-Estar

Unidade/Seção do Órgão

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Há atos normativos que regulamentam a prática?

Não

Data de Implantação

19/11/2021

Identificação do Problema

Necessidade de gerar conhecimento para desenvolvimento de melhorias nas práticas adotadas no âmbito da judicialização da saúde, a fim de permitir que as pessoas tomem conhecimento sobre as políticas públicas existentes dentro da área da saúde no estado do Ceará, a fim de mitigar o índice de judicialização no âmbito da saúde pública estadual.

Palavras Chave

judicialização da saúde; manual; TJCE;

Beneficiários

Operadores do Direito e a População do Estado do Ceará

Abrangência

Estadual

Parceiros

Ministério Público do Estado do Ceará; Defensoria Pública do Estado do Ceará, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará; Ordem dos Advogados do Brasil - Ceará; Justiça Federal da 5ª Região e Conselhos Estaduais de Saúde

Metodologia (Passo a Passo)

Desenvolvimento de pesquisa com base literária, além de estudo de campo com verificação das rotinas e identificação dos parâmetros constantes que mais se apresentam no âmbito da judicialização da saúde, para fins de elaboração do conteúdo elencado no Manual. Estratégia de veiculação por meio da divulgação digital do material.

Resultados e benefícios alcançados

Maior interação e abertura de canal de comunicação com os gestores e técnicos da saúde; Construção de uma rede integrada de conhecimento sobre a gestão e o funcionamento da saúde; Discussão e alternativas para redução da judicialização da saúde; Construção de portal e disponibilização do material produzido; Utilização, por parte dos Desembargadores, para subsidiar votos;

Recursos Utilizados

Os recursos utilizados foram apenas para o evento de lançamento.

Dificuldades Encontradas

Disponibilidade das pessoas, compatibilização de horários e agendas, necessidade de políticas de desjudicialização, priorização das agendas do Sistema da Saúde e do Judiciário.

Lições Aprendidas

A informação qualificada, estruturada e atualizada, é de grande relevância para apoiar a tomada de decisão dos magistrados, gera impacto econômico na redução da judicialização, na implementação e efetividade das políticas de saúde, nas ações e serviços de saúde, bem como, no uso adequado e racional de tecnologias em saúde, e que Estado e dos Municípios devem formular políticas, desenvolver ações e serviços que visem reduzir a judicialização, melhorar o acesso à saúde, garantir os direitos assegurados e a melhoria dos indicadores e qualidade de vida das pessoas.